

ALGUNS TRAÇOS INICIAIS DO ESTUDO: DA ARQUEOLOGIA COGNITIVA ÀS TENDÊNCIAS TEÓRICAS ATUAIS NA ARQUEOLOGIA

Hiuri Marcel DI BACO*

Neide BARROCÁ FACCIO**

Juliana Aparecida ROCHA LUZ***

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da Arqueologia Cognitiva às tendências teóricas atuais na Arqueologia, expondo as características mais notáveis de cada uma para discutir e entender como essas abordam a cultura material nos estudos arqueológicos. Sendo assim, começaremos nosso estudo esboçando a pesquisa da Arqueologia Cognitiva, na sequência, um pouco dos estudos científicos da Arqueologia Pós-Processual até os dias atuais. Em seguida, abordaremos ao menos o fundamental sobre essas diferentes tendências teóricas na arqueologia. Devido à complexidade de assuntos e questões, apresentaremos e discutiremos apenas um estudo de caso para cada uma dessas vertentes.

Palavras-chave: Arqueologia Cognitiva; Arqueologia Pós-Processual; Tendências Teóricas Atuais.

* Endereço eletrônico: hiuridibaco@gmail.com - Mestrando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Parceiro do Projeto do Núcleo de Ensino.

** Endereço eletrônico: nfaccio@terra.com.br - Professora das disciplinas Antropologia (4 créditos) e Etnologia e Etnografia do Brasil (4 créditos), do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

*** Endereço eletrônico: juliluzz@yahoo.com.br - Mestranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Parceira do Projeto do Núcleo de Ensino.

SOME INITIAL TRAITS OF STUDY: FROM COGNITIVE ARCHAEOLOGY TO THEORETICAL TRENDS TODAY IN ARCHAEOLOGY

Abstract: This article is intended to make an analysis of Cognitive Archaeology at current trends in theoretical Archaeology, exposing main features of each one to discuss and understand how these dealing with the material culture in archaeological studies. Thus, we begin our study outlining the research of Cognitive Archaeology, in sequence, a bit of scientific studies of Archaeology Pós-Processual. Then we will cover at least the basics about these different theoretical trends in archeology. Due to the complexity of issues and questions, we will present and discuss a case study for each of these aspects.

Keywords: Cognitive Archaeology; Archaeology Pós-Processual; Theoretical Trends Today.

1. Arqueologia Cognitiva

"A arqueologia cognitiva é o estudo de como inferir a partir dos remanescentes materiais as formas de pensamento do passado" (RENFREW, 1994, p. 3, tradução nossa).

Alguns dos pesquisadores formados na escola da Arqueologia Processual, como Colin Renfrew aumentaram o foco, na década de 1990, nas questões simbólicas e cognitivas da cultura material. O seu objetivo foi desenvolver estruturas de inferências, evitando conclusões precipitadas, para a interpretação, a partir do registro arqueológico, de como as pessoas utilizaram suas mentes nas primeiras sociedades. Sendo assim, a Arqueologia Processual passa por uma nova fase que Renfrew e Bahn (1991) denominam como "arqueologia cognitiva-processual".

Esses pesquisadores mantiveram o mesmo caráter científico da Arqueologia Processual das décadas de 1960 e 1970, porém rejeitaram o positivismo em seu âmbito filosófico (RENFREW, 1994, p. 3).

A Arqueologia Cognitiva procura estudar as maneiras pelas quais os processos cognitivos operaram em contextos específicos e investigar as inter-relações entre esses processos e os contextos sociais que os promoveram. O objetivo dessa tendência teórica poderia ser delineado de várias maneiras, a mais precisa converge para a habilidade humana de construir e usar símbolos (RENFREW, 1994, p. 5).

A abordagem cognitiva-processual procura equipar-se para examinar as maneiras em que os símbolos foram utilizados nas sociedades pretéritas. Assim, entender um pouco sobre como a mente humana trabalhou nas comunidades primitivas, contribuirá para determinar as ações tomadas pelas pessoas no seu convívio social. Para tanto, os arqueólogos que pretendem trabalhar com essa abordagem vão procurar validar suas interpretações por meio de testes, da explanação do raciocínio utilizado e da sinceridade ao avaliar suas próprias suposições ou impressões (RENFREW, 1994, p. 6).

Para Renfrew (1994), os símbolos (compreendidos, talvez, em termos de uma série de categorias de comportamento humano) podem ter sido usados para lidar com vários aspectos, principalmente, quando há presença das seguintes categorias:

“1- projetos, intencionalmente e coerentemente estruturados; 2- planejamento, que envolve tempo de esquematização e, algumas vezes, a produção de um esquema a priori para a realização do trabalho planejado; 3- mensuração, envolvendo dispositivos de medição e unidades de medidas; 4- relações sociais, com o uso de símbolos para estruturar e regular o comportamento interpessoal; 5- o sobrenatural, com o uso de símbolos para comunicar-se com o outro mundo e de mediação entre o humano e o mundo espiritual 6- representação, com a produção e o uso de descrições e personificações iconográficas da realidade” (RENFREW, 1994, p. 6, tradução nossa).

Dessa maneira, a confecção da maioria dos artefatos sugere o uso de um projeto mental, que serve para guiar o artesão ou artesã na produção do artefato.

Os elementos de medidas podem estar presentes nos vasos cerâmicos de volume especificado, como recipientes para cozimento, para

uso individual, e assim por diante. Um exemplo que Renfrew, (1994, p.7) identifica como sistema de pesos e medidas está presente nos cubos confeccionados em pedra da civilização Harappan do vale Indu.

Há várias maneiras dos símbolos serem utilizados para estruturar o comportamento interpessoal. Um dos exemplos mais universal na era moderna é o dinheiro.

“O valor do dinheiro é simbólico em dois sentidos, primeiramente ele pode ter um valor intrínseco, ou seja, como metal precioso no caso das moedas e barras de ouro e, no mundo moderno, as notas são entidades simbólicas que implicam ou faz referência aos bens do mundo real. Assim, quando o dinheiro é transferido de um centro financeiro a outro por meio eletrônico a natureza simbólica da transação é mais evidente” (RENFREW, 1994, p.7, tradução nossa).

Outro campo de considerável interesse, dentro do contexto simbólico das relações humanas, é a representação que simboliza, por meio dos objetos, posição social favorável como, por exemplo, os brasões de famílias nobres e de cargos militares (RENFREW, 1994, p. 7).

“O elemento simbólico mais difícil de definir é o sobrenatural, porque esse se apresenta das mais variadas formas. Além disso, os artefatos utilizados em contextos diferentes e com propósitos mais sérios, poderiam ser confundidos com rituais religiosos. Portanto, fica mais clara essa identificação em contextos de enterramento, no qual os remanescentes arqueológicos possam indicar aspectos formalizados do comportamento humano associados com o enterramento, como por exemplo, a presença de ossos pintados com pigmentos de ocre” (RENFREW, 1994, p. 8, tradução nossa).

A categoria “representação” tem seu significado ligado ao termo símbolo, mas nem todos os símbolos são visíveis ou materiais, as palavras faladas são exemplos disso, mas não há dúvidas de que todas as

representações são símbolos e "somente os humanos podem criar formas que se parecem com outras coisas" (RENFREW, 1994, p.8, tradução nossa).

"Essa tentativa de subdividir as maneiras pelas quais os símbolos são usados pode ser, aparentemente, um exercício artificial, mas demonstra como a Arqueologia Cognitiva pode tratar muitos dos aspectos que certamente não estão fora do alcance da pesquisa sistemática. É um potencial de entendimento, ao menos no nível básico, dos símbolos materiais e de seu funcionamento, porém, saber exatamente como esses funcionavam pode ser muito mais difícil ou de certa maneira impossível" (RENFREW, 1994, p. 7).

Os estudos da Arqueologia Cognitiva são direcionados para responder questões sobre o conhecimento, propósitos, práticas e habilidade das pessoas. Para tanto, torna-se necessário pensar sobre os processos cognitivos envolvidos na produção da cultura material e tentar identificar os comportamentos inteligentes que a produziu. (SEGAL, 1994, p. 22).

As análises na Arqueologia Cognitiva podem ser apoiadas por vários métodos, que incluem o estudo meticuloso dos detalhes achados nos registros arqueológicos, a avaliação de fenômenos similares, simulação em computador e análises experimentais, essas podem ser utilizadas para investigar a dificuldade envolvida nos estágios de confecção dos artefatos, bem como o grau de planejamento e preparação das técnicas. "Quanto mais detalhada e variada forem as informações que o cientista cognitivo tiver sobre as ações humanas inteligentes, maior será a confiança em sua explicação". (SEGAL, 1994, p. 24, tradução nossa).

Para realizar um estudo da mente humana em ação, executando atividades práticas e materiais, a análise de cadeia operatória é fundamental, pois permite identificar as escolhas feitas pelo indivíduo no processo de confecção dos objetos, indicando os diferentes aspectos cognitivos da técnica.

É por meio da cognição e da relação com o mundo ao seu redor, bem como pelo convívio com outros indivíduos da sociedade que os humanos transformam uma ideia em substância (van der LEEUW, 1994).

Sendo assim, cada artífice conforme van der Leeuw (1994):

“conscientemente ou inconscientemente, tem diferentes ideias na confecção dos artefatos, que podem ser tecnológica, funcional, social, comportamental, econômica, ambiental etc. Porém todas elas envolvem a memória, a percepção, a escolha de um procedimento ou instrumento adequado, planejamento que são faculdades intelectuais, ou seja, cognitivas. Essas capacidades, entretanto, não se restringem apenas a confecção de artefatos, mas a toda atividade intelectual humana” (van der LEEUW, 1994, p. 24, tradução nossa).

Fizemos até o momento um esboço geral dos principais pressupostos dessa vertente teórica, sendo assim podemos apresentar um estudo de caso para exemplificar de maneira genérica a aplicação desse enfoque teórico.

2. Estudo de Caso Arqueologia Cognitiva

Como estudo de caso apresenta-se o artigo “Cognitive aspects of technique” (Aspectos Cognitivos da Técnica) de van der Leeuw (1994).

O trabalho desse autor apresenta os aspectos cognitivos da técnica e mostra que o foco da cognição está na reciprocidade da relação homem / natureza e não na noção determinista, que subestima o impacto da atividade humana no mundo natural e material e mostra as pessoas sempre tentando se adaptar as circunstâncias que fogem de seu controle.

Além disso, discuti sobre a existência das “universais cognitivas humanas”, pois segundo van der Leeuw (1994, p. 135) há muitos exemplos etnoarqueológicos indicando que os resultados dos processos cognitivos são diferentes para cada uma das pessoas.

Zubrow (1994, p. 110) sugere algumas universais cognitivas, que ela entende como séries de conectores ou relações que são universais. Entre elas estão:

“1-) inclusão, é determinada quando um objeto inclui um outro objeto; 2-) bissecção ou subdivisão, é determinada quando um objeto é dividido em dois objetos, ou um espaço é dividido em dois espaços; 3-) contiguidade, exhibe as formas como os objetos são contíguos a outros objetos, ou um espaço contíguo a outro espaço; 4-) contingência, no sentido de que há uma dependência e conotação temporal que apresenta as formas como o objeto é contingente sobre outro objeto ou o espaço está dependente de outro espaço, 5-) a igualdade ou equivalência, que exhibe a forma equivalente ao objeto ou o espaço equivalente a outro espaço; 6-) temporalidade, que exhibe a forma do objeto antes de o objeto ser concretizado, isto está intimamente relacionado à contingência temporal, mas não pode incluir a conotação de dependência, 7-) orientação, o modo pelo qual os objetos ou espaços são orientados em relação ao seu referente espacial e toma a forma do objeto referente ao espaço orientado”. (ZUBROW 1994, p. 110, tradução nossa).

Assim, van der Leeuw (1994, p. 136) vai estudar ao nível cognitivo e universal, a cadeia operatória de uma série de cerâmicas provenientes da Europa, Ásia, África e América do Norte. Ele revelou que por trás dessa considerável variedade entre as tradições de fabricação cerâmica há um número de similaridades entre elas.

Dessa forma, na tentativa de sistematizar sua observação e discussão ele divide as interfaces entre o ideal e material envolvidas dentro das áreas classificadas como “conceitualizações”, “execução” e “matérias-primas”.

Em “conceitualizações” há três conceitos âncoras fundamentais na opinião do autor para a fabricação de qualquer tradição cerâmica: a “topologia”, “partonomy” e “sequência”.

A “topologia” está envolvida com as formas que a oleira vai dar a vasilha, ou seja, é um termo referente ao estudo das propriedades geométricas de um corpo, de um objeto, da disposição ou colocação de determinados elementos (VAN DER LEEUW, 1994). Assim, é no momento da “topologia” que o indivíduo vai decidir qual será a forma e tamanho do recipiente.

A “partonomy” também é um componente das “conceitualizações” é um termo que não existe na língua portuguesa, a palavra na língua portuguesa de significado mais próximo é taxonomia. Contudo, não quer dizer a mesma coisa, pois taxonomia é uma técnica de classificação baseada nas similaridades, “partonomy”, é uma classificação baseada nas diferenças entre as partes de determinado objeto, corpo ou organismo, “é o modo pelo qual a oleira divide o pote conceitualmente em partes” (VAN DER LEEUW 1994, p. 136, tradução nossa).

Assim a “partonomy” é aplicada durante toda a confecção vasilha. van der Leeuw (1994, p. 136), sugere que as tradições que confeccionam seus recipientes cerâmicos por meio da sobreposição dos cordéis de argila tendem a ver o artefato como uma entidade indivisível, ou seja, tem uma concepção contínua das formas.

A “sequência” é o elemento que investiga os eventos consecutivos da confecção de uma vasilha, se da base ao topo, do topo a base, pintura antes da queima do recipiente ou depois etc. Isso implica em planejamento do tempo e estratégias que integram um grande número de passos de modo coerente (VAN DER LEEUW, 1994).

Para van der Leeuw (1994, p. 137), esses são os aspectos que ligam a fabricação dos objetos de cerâmica a outros aspectos da cultura, a outras técnicas e elementos que servem de amparo e formam a base de toda comunicação entre os membros de um grupo.

Segundo van der Leeuw (1994, p. 137) as funções executivas envolvem amassar bem a argila, o controle da forma e alisamento das superfícies da vasilha. Outras funções executivas servem somente para modificar uma forma existente, ao invés de realmente amassar a argila, como por exemplo, os cortes ou incisões e a raspagem.

As ferramentas para o autor são acessórios que já fazem parte do mundo conceitual e material do ceramista. Além disso, as funções executivas estão abertas a modificações ou substituições. Elas relatam as escolhas conscientes, ou ao menos as escolhas que em instâncias particulares podem se tornar consciente e manipulável (VAN DER LEEUW, 1994, p. 137).

Por fim, a “matéria-prima” tem restrições particulares, que são, na sua interação com certas funções executivas, responsáveis por complicações e problemas inerentes na interface entre as “conceitualizações” e as funções executivas. Essas demandam suas

próprias soluções (VAN DER LEEUW, 1994, p. 138), por exemplo, uma cerâmica muito plástica necessitará do uso de elementos não plásticos conhecidos como “temperos” para controle de sua plasticidade.

Uma questão que está em debate é quais são os limites interpretativos que os arqueólogos enfrentam na prática de uma Arqueologia Cognitiva. Conforme Zubrow (1994, p. 107, tradução nossa), “conhecimento é cognitivamente informação processada. Assim, os nativos pré-históricos apresentam o conhecimento, de acordo com um conjunto de normas culturais, quando constroem algum objeto”.

“Similarmente, os arqueólogos são o produto de seu tempo e cultura, ou da sua experiência dentro do campo individual, bem como de sua personalidade e história. Desse modo, a interpretação arqueológica deve ser uma criação pessoal. Porém há um conhecimento arqueológico comum que não é interpretativo, ou seja, é o conhecimento praticado pelo coletivo que requer a habilidade de comunicação entre os pesquisadores ao longo do tempo e espaço. Essa informação deve ser incorporada e compartilhada pelos arqueólogos”. (Zubrow, 1994, p. 187, tradução nossa).

3. A Arqueologia Pós-Processual ou “Interpretativa”

A Arqueologia Pós-Processual no final da década de 1970 sob a influência da filosofia humanística e pós-moderna nas ciências sociais começa a discutir o caráter científico e objetivo da Arqueologia Processual.

Os debates a cerca de questões que apresentam a arqueologia como ciência antropológica, positivista, baseada na relação dos remanescentes arqueológicos e na padronização dos comportamentos humanos, possibilitou uma extensa literatura crítica no campo arqueológico.

Hodder (1982); Shanks e Tilley (1987) estão entre os principais autores dessa tendência teórica, que surge com um grupo de ideias baseadas na crítica da Arqueologia Processual (HODDER, 1999, p. 5).

A Arqueologia Pós-Processual é definida, também, como interpretativa e autorreflexiva ou contextual com ênfase nos contextos

históricos, nos indivíduos, na agência, nos significados, opondo-se a abordagem processual que propunha a objetividade e o rigor científico (HODDER, 1999, p. 5).

"Entretanto, várias perspectivas diferentes poderiam ser descritas como pós-processual. Essas incluem as posições dialéticas e marxistas (Leone 1984; McGuire, 1992), as perspectivas feministas (Gero e Conkey, 1991), as posições interpretativas (Tilley, 1993), as teorias estruturacionistas (Barrett, 1994) e abordagens fenomenológicas (Thomas, 1996; Gosden, 1994)". (Hodder, 1999, p. 5, tradução nossa).

Para Hodder e Hutson (2003, p. 4) a Arqueologia deve se preocupar com os artefatos encontrados em camadas e em outros contextos como habitações e enterramentos, que permitam seus dados serem interpretados.

Sendo assim, é fundamental para a Arqueologia Pós-Processual interpretar o contexto dos artefatos, para que o arqueólogo tenha pistas de seu significado. Por exemplo, artefatos encontrados em túmulos, ao lado do pescoço do esqueleto, são interpretados como colares. Outros objetos encontrados em contexto elaborados, fora dos assentamentos, são determinados como parte de rituais (HODDER; HUTSON, 2003, p. 4).

Por isso acreditamos que os trabalhos desenvolvidos de acordo com esse paradigma são melhores desenvolvidos na Arqueologia Histórica onde se tem um maior número de textos para indicar o que aconteceu no passado.

Um interessante questionário de Feinman e Price (2001, p. 482) aplicado aos pesquisadores das diferentes tendências teóricas, mostra que as abordagens histórico-culturais e ecológico-culturais têm declinado nas pesquisas desenvolvidas entre os arqueólogos jovens, as Arqueologias Processual e Pós-Processual é mais praticada entre esse grupo. Os dados mostram também que a abordagem Pós-Processual é preferência entre as mulheres, enquanto os homens aderem mais as abordagens Processuais.

Talvez o aspecto mais útil da Arqueologia Pós-Processual é a teoria crítica, que avalia o contexto histórico do arqueólogo e aponta suas subjetividades, seus preconceitos nas interpretações e na própria profissão. Além de procurar entender como a ciência arqueológica pode mascarar a visão que o arqueólogo tem dos indivíduos no passado.

O Pós-Processualismo vai entender a cultura por meio de uma construção simbólica que direciona as pessoas no mundo, inter-relacionando umas as outras. A cultura é um código simbólico que deve ser interpretado

de maneira a não revelar a verdade oculta por trás dos artefatos, mas compreender o próprio sentido desses. Independentemente da veracidade ou não do seu significado, o importante é abranger todos os processos de interpretação e propor o debate a cerca das inferências feitas pelos arqueólogos.

Quando na década 1990 as abordagens pós-processuais já tem uma releitura, a hermenêutica é apontada como a fonte para uma abordagem interpretativa na arqueologia. A proposta é entender o sentido da cultura material como expressão de um sujeito ativo com capacidades criativas que podem causar a mudança.

“A cultura material não existe apenas. Ela é feita por alguém. Ela é produzida para alguma coisa. Entretanto, ela não é passivamente um reflexo da sociedade, pelo contrário, ela cria a sociedade por meio das ações dos agentes sociais. Na Nova Arqueologia, a possibilidade da agência foi evitada e argumentada a partir da teoria social. Como observou Flannery (1967), o objetivo não era chegar aos indivíduos que estão por trás do artefato, mas ao sistema que está por trás de ambos os indivíduos e artefatos” (HODDER; HUTSON, 2003, p. 6-7, tradução nossa).

Assim, influenciados pelos defensores da Teoria Crítica na literatura e história e pelo pós-modernismo, proclamaram o fim da Arqueologia Processual em favor de uma abordagem interpretativa ou hermenêutica na arqueologia, sendo mais adequada a denominação anti-processual que pós-processual (RENFREW, 1994, p. 3-4).

Os defensores pós-processuais exageram em suas reivindicações, esses seguem a moda intelectual, defendem um ponto idealista e relativista. Assim, a dicotomia entre processual e pós-processual não é útil, o debate entre essas tendências teóricas serviu muito mais para ofuscar que esclarecer (RENFREW, 1994, p. 6).

Realizado esse esboço geral sobre a Arqueologia Pós-Processual, apresentamos um estudo de caso para ilustrar o que foi exposto sobre essa vertente teórica.

4. Estudo de Caso: Arqueologia Pós-Processual

Como estudo de caso apresenta-se o artigo de Hosler (1998) "Sound, Color and Meaning in the Metallurgy of Ancient West Mexico" (Som, cor e Significado na Metalurgia do Antigo Oeste Mexicano).

Este artigo apresenta o estudo da metalurgia desenvolvida no oeste Mexicano entre AD 600 e a invasão Espanhola da região em 1521.

Primeiramente, a autora descreve os tipos de materiais utilizados pelos ferreiros, como por exemplo, ligas metálicas de cobre, prata e outra variedade de objetos, como ferramentas e itens que simbolizaram posição social favorável.

Os estudos de laboratório segundo Hosler (1998) demonstraram a versatilidade técnica desses artesãos, que estiveram interessados em elaborar duas propriedades físicas do metal: o som e a cor. Entre os objetos analisados estão os sinos moldados e diversos tipos de chocalhos metálicos que compreendem os instrumentos de som. O foco na cor, especificamente, as cores ouro e prata, estão mais presentes nos sinos e em outros itens de status social, como o grande número de pinças, anéis e escudos ornamentais de liga de cobre modelados tanto quando estavam frios como quentes.

Os estudos também revelaram que os níveis de titânio ou arsênico alteraram a cor do cobre, do ouro, da prata e os artesãos utilizaram as ligas de cobre, exclusivamente, o bronze, para objetos utilitários como machados, alfinetes e furadores. Além disso, os registros históricos mostraram que os artesãos tiveram suas energias técnicas devotadas ao desenvolvimento do som e cores específicas nos objetos utilizados pelas elites e nos rituais (HOSLER, 1998).

Para considerar esses desenvolvimentos técnicos sobre os metais Hosler (1998) utilizou os dados da geologia e da química. As pesquisas mineralógicas demonstrou que a área contém abundantes depósitos de metais e minérios de ouro e as pesquisas químicas indicaram as propriedades das ligas metálicas.

Sendo assim, a autora vai explorar o significado dos sons dos sinos e das cores ouro e prata. Para tanto, ela vai procurar saber a importância das cores metálicas, especialmente, do ouro e da prata, nos mitos, na

performance xamanística, na cosmologia e na ideologia política por meio dos registros históricos e etnográficos.

Hosler (1998) afirma que embora as propriedades mecânicas das ligas metálicas fossem necessárias para as características dos objetos, suas cores foram uma questão de escolha. De acordo com os sons e cores metálicas, esta antiga tecnologia serviu primeiramente como um sistema visual e auditivo que simbolicamente definiu as elites e as esferas de atividades sagradas.

Hosler (1998) faz um panorama da metalurgia desenvolvida no Oeste mexicano, que apresenta dois períodos, cada um com suas raízes na metalurgia da América Central e do Sul.

Os elementos da metalurgia de ambos os períodos foram introduzidos, durante o “Período 1” (AD 600-1200/1300), pelo Sul do Equador e Norte do Peru via rotas marítimas. Nesse período, os artesãos utilizaram, inicialmente, o cobre e a técnica de trabalhar com os metais sem fundição. Algumas evidências indicam que eles utilizaram também uma liga da mistura de arsênico e cobre para fabricar pequenas ferramentas e, ocasionalmente, objetos em ouro e prata (HOSLER, 1998).

Durante o “Período 2” (AD 1200/1300 até a invasão Espanhola), esse repertório técnico dos ferreiros expandiu-se consideravelmente. Michoacan, a sede do império Tarascan, aparenta ter sido a localidade dos experimentos técnicos do “Período 2”, embora, os artefatos aparecerem também em sítios adjacentes às regiões de Guerrero, Jalisco e Estado do México. Os ferreiros desse período utilizaram ligas de (cobre-titânio, cobre-arsênico, cobre-arsênico-estanho, cobre-prata e outras) para redesenhar alguns dos objetos que eles tinham anteriormente feito em cobre (HOSLER, 1998).

Além disso, adicionaram estanho e arsênico ao cobre em baixas concentrações para fabricarem ferramentas como machados, tornando esses objetos mais finos e resistentes. Os artesãos empregaram essa mesma técnica de misturar os metais formando uma liga de cobre e prata para os objetos de prestígio social como os pingentes e ornamentos (HOSLER, 1998).

HOSLER (1998) enfatiza que o conhecimento dos sistemas de ligas de cobre-estanho, cobre-arsênico e de certos estilos de artefatos derivam das metalurgias do Sul do Equador e Norte do Peru. A mistura de bronze (cobre-estanho), entretanto, foi introduzida pelo extremo Sul do Peru e

Bolívia por meio da mesma rede marítima que transmitiu o conhecimento dessa tecnologia durante o “Período 1”.

A autora explica que em nenhum período os ferreiros importaram artefatos e matérias-primas do sul. O que eles fizeram foi importar o conhecimento da fabricação e alguns artefatos que serviram de protótipos para que estes fossem copiados localmente. Eles também reproduziram o interesse dos indígenas pan-americanos na cor metálica, especificamente, do ouro e prata, embora, tenham desenvolvido seus próprios métodos para alcançarem essas cores.

As investigações laboratoriais descritas não identificaram somente as características da tecnologia, mas suas bases culturais. A própria tecnologia prevê o ponto de partida para a pesquisa de seu significado. Sendo assim, as investigações vão procurar responder qual o significado das cores ouro e prata e dos sons dos sinos para essa população antiga (HOSLER, 1998).

A autora tem a sua disposição documentos do século XVI que ela considerou muito útil para o estabelecimento dos contextos sociais, nos quais os sons metálicos e as cores ouro e prata desempenharam seu papel, ao menos no “Período 2”.

Outro modo complementar de abordar esse problema segundo Hosler (1998) foi por meio dos termos indígenas relacionados aos metais e instrumentos de som, disponibilizados nos documentos e em duas línguas faladas na região de Tarascan e Nahuatl. Os falantes dessas línguas ocuparam algumas das partes da cidade de Guerrero que está contígua e dentro da zona onde foi desenvolvida essa metalurgia.

Entre os documentos o mais utilizado foi a Enciclopédia do Código Florentino de Bernardo de Sahagún's. Hosler (1998) contou também com as fontes documentárias disponíveis da região de Tarascan e outras áreas da zona de metalurgia. O mais plausível desses documentos, segundo a autora, foi a transcrição de José Tudela, publicada em 1977, que descreve as relações das cerimônias e ritos de provação, além de questões referentes ao governo dos índios da província de Michoacán de 1541.

Dessa maneira, a autora vai dizer que as evidências documentárias, reforçadas pelos dados linguísticos, sugerem que as pessoas de Tarascan consideravam os objetos de ouro e prata como divinos e que elas associavam o ouro com o Sol e a prata com a Lua.

Os sons dos sinos foram utilizados em rituais de celebração da fertilidade humana e agrícola e na guerra onde os sinos eram tocados como sinal de proteção.

Ela finaliza o artigo afirmando que essa metalurgia antiga enfatizou certas propriedades físicas dos metais tais como o som e a cor, que foram expressas, fundamentalmente, por meio das crenças religiosas, as quais foram incorporadas e perpetuadas por meio da tecnologia e seus produtos.

Nesse artigo Hosler (1998) mostra que a cultura dessa população mexicana foi construída por um conjunto de códigos simbólicos. Nota-se que ela também faz um trabalho minucioso de laboratório e o descreve, mostrando a importância da metodologia científica, dos documentos históricos, etnográficos e da interdisciplinaridade com outras ciências para a interpretação arqueológica.

Porém, seu estudo não para por aí, ao contrário, as análises laboratoriais e os dados advindos da geologia e da química serviram para dar continuidade ao trabalho e esclarecer quais eram as características tecnológicas desenvolvidas pelos artesãos e quais eram suas bases culturais.

Ao fazer as analogias, ela tenta evitar uma comparação direta da cultura analisada com os dados etnográficos disponíveis. Ao contrário disso, procura sempre contrastar as informações etnográficas com os dados linguísticos e registros históricos para então sugerir o significado dos objetos. Numa abordagem histórico-cultural esses dados seriam utilizados em analogia direta, ou seja, o comportamento dos dados serviriam as mesmas propostas que suas analogias.

Para tanto, foi fundamental os registros históricos disponíveis, outros trabalhos desenvolvidos anteriormente, pela própria autora e por outros arqueólogos, sobre as rotas de origem dos objetos, que serviram de protótipos e como referência, para o desenvolvimento de novas técnicas na metalurgia da região Oeste mexicana.

5. Tendências Teóricas Atuais na Arqueologia

A própria cultural material também pode impor um conjunto de obrigações que tem efeitos sobre as pessoas. Dessa forma, a teoria da agência na Arqueologia implica em análise da ação em vários níveis seja no nível da cultura material ativa, para ter efeitos sociais nas pessoas, ou dos indivíduos como sujeitos transformadores do meio onde vivem.

Para fins de exemplo de tendências teóricas atuais na arqueologia apresenta-se o artigo de Chris Gosden, *What do objects want? (O que os objetos querem?)* *Journal of Archaeological Method and Theory* (Jornal de Teoria e Metodologia Arqueológica), p. 193-211. 2005.

Este artigo desenvolve um argumento pela agência dos objetos, ou seja, os efeitos que os objetos têm nas pessoas. Grupos de objetos como potes cerâmicos, ornamentos de metal, criam universos estilísticos que tem efeitos nos produtores e usuários de novos objetos que são ligados por conjunto de regras e formas do estilo (GOSDEN, 2005).

Para o autor, os objetos produzidos entre um conjunto reconhecível de formas e estilos têm influências no modo pelo qual as pessoas os constroem e utilizam.

O consenso para Gosden (2005) no pensamento arqueológico é que os artefatos são feitos dentro de reconhecíveis e repetitivos estilos. Tanto que uma vasilha, quando colocada dentro de um conjunto de outras vasilhas parecidas, pode ser semelhante a muitas outras, mas ao mesmo tempo é a combinação única de características de forma e decoração que ajudam a definir o estilo como uma entidade reconhecível.

O objetivo do autor é obter, pela comparação de formas relacionadas, uma série de transformações através das quais os artefatos dados podem ser convertidos em outro. Porém ele não mostra como estabeleceu essas características que o ajudaram a definir o estilo dos artefatos, para posteriormente fazer uma comparação com outros conjuntos de objetos. Por isso, ficou mais claro para nós entendermos como fazer para estabelecer essas características no texto "Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico" de Dias (2007).

Dias (2007) compreende o fenômeno estilístico não como algo unidimensional, integrando várias concepções e, ao mesmo tempo,

apresentando uma multi-funcionalidade em diferentes contextos socioculturais. Dias (2007) afirma que a variabilidade dos artefatos e o estilo se manifestam nas escolhas tecnológicas que são culturalmente determinadas. Assim, ela aborda a maneira dos indivíduos de agirem na confecção dos objetos e entende o estilo tecnológico como um produto de uma tradição cultural.

Entretanto, o estilo tecnológico deve considerar as diferentes dimensões da variabilidade tecnológica, como por exemplo, a variabilidade formal, quantitativa, espacial e relacional que estão relacionadas com as escolhas tecnológicas, conforme mostra o trabalho etnoarqueológico de Silva (2008).

“Cada uma dessas dimensões está sujeita a diferentes processos de formação que podem ser identificados somente quando se considera a história dos artefatos ou, em outras palavras, todas as sequências operacionais e atividades que eles foram submetidos tanto no contexto sistêmico como no arqueológico” (SILVA, 2008 p. 245, tradução nossa).

Gosden (2005) diz que as formas dos objetos, quando operando em grupo, estabelecem certas regras de uso que influenciam a parte emocional e sensorial das pessoas. As propriedades formais dos artefatos são influenciadas pela genealogia de sua classe, incluindo as mudanças, as continuidades históricas e sua origem percebida. Isso, combinado, teria efeitos nas pessoas, transformando-as em entidades socialmente efetivas. Mostrando, assim, a capacidade de ação que os objetos podem desincumbir nas pessoas.

Assim, Gosden (2005) apresenta a incorporação da Grã-Bretanha dentro do império Romano, entre 150 BC e AD 200, como estudo de caso. Seu objetivo é mostrar as mudanças e continuidades na forma dos objetos e um conjunto de técnicas e materiais diferentes promovendo efeitos sociais, durante o processo de “Romanização”. O autor está interessado em saber como os objetos podem agir sobre as pessoas e transformar suas relações sociais.

Revell (2009, p. ix-x) define o termo “Romanização” como forma de cultura material, em curto período de tempo, com um local geográfico e uma etnicidade pessoal. Contudo, Gosden (2005) afirma que não foi a pré-

existência da cultura Romana e sua propagação que criou o império, mas ela foi criada como o Império Romano foi criado, ou seja, todos participaram dessa criação tanto nas províncias como no centro.

Ser Romano na Grã-Bretanha não significou uma mudança simples e imediata, mas uma série de mudanças sutis e fundamentais nos enfeites corporais, alimentos, cerâmica, arquitetura, espaços públicos, nas moedas etc. (GOSDEN, 2005).

Dessa forma, ele procura essas mudanças e continuidades na genealogia, na forma e na origem dos objetos. Olha a história dos objetos para pensar como estes podem ter influenciados as pessoas na Grã-Bretanha por volta da virada do milênio.

Gosden (2005) apresenta a distribuição das tradições arquitetônicas depois da incorporação Romano-Britânica na parte leste da Inglaterra e mostra a variedade de estruturas domésticas na região central da Inglaterra entre os séculos I e o IV AD.

Gosden (2005) explica que no Sul e Oeste dessa região estão as casas circulares ainda de madeira, aparentemente do estilo da Idade do Ferro, e as casas com fundações de pedra, uma novidade do período Romano-Britânico. Essas moradias existiram ao lado das casas “aisled houses”, construídas em materiais Romanos, como pedra e telha, com uma série de pilares que dão suporte ao telhado, que ajudou a diferenciar a área central comunal das áreas domésticas mais periféricas.

Na parte Nordeste dessa área há uma continuidade das casas circulares de madeira até o início do segundo século, quando essas foram complementadas pelas construções “aisled”. No final dos séculos III e IV essas construções “aisled” foram reordenadas por meio da criação de salões separados por diferentes atividades, ecoando em suas decorações, pisos e sistemas Romanos de aquecimento central de banhos públicos e casas particulares (“Hypocaust”), agrupando as vilas que também existiam nessa área.

Segundo Gosden (2005) o fio condutor da continuidade para todas essas construções, exceto as vilas, foi a posição do forno no espaço central, bem como a combinação de atividades artesanais e agrícolas realizadas sob um telhado. Pode-se dizer que a demanda do forno e as obrigações que eles impuseram sobre as pessoas continuaram nesse período, formando um ponto central ao redor das formas arquitetônicas que foram construídas e utilizadas.

A habitação “aisled hall” preservou a dominância dos fornos e a divisão entre espaço público central e perímetro privado, apesar da aparente mudança da forma circular para a ortogonal. No ambiente construído, podemos ver os tipos de obrigações que as coisas colocam sobre as pessoas, criando ambientes nos quais as crianças nasceram e se socializaram, internalizando um conjunto de regras sociais e espaciais. O poder estava no fato de que as regras foram obedecidas inconscientemente, ao invés de serem ensinadas (GOSDEN, 2005).

Os ciclos temporais envolvidos na transformação do barro em tijolo e o tijolo em construção novamente podem ser comparados e contrastados com a temporalidade das formas anteriores de construções. Para Gosden (2005) é necessário entender o universo total dos espaços compondo o ambiente doméstico circular ou ortogonal, madeira ou pedra e as complexas interações de formas, para ganhar um sentido da completa extensão dos efeitos criados pela novidade e continuidade.

O autor vai procurar na genealogia de objetos individuais, as práticas que esses permitiram e incentivaram. Do início até a metade do período da Idade do Ferro há a produção e o uso virtuoso de objetos grandes como espadas, escudos, que foram diretamente ligados a um poder individual. Muitos desses itens de metal foram ricamente decorados com motivos conhecidos coletivamente como arte Celta.

Por volta de 100 BC a natureza de ornamentos de uso pessoal mudou, com o declínio dos objetos grandes, seguido do crescimento da produção e deposição de itens pequenos, como as fíbulas. As fíbulas têm sido encontradas na Grã Bretanha desde o final da Idade do Bronze, esses objetos são bem conhecidos por sua habilidade de mudança ao longo do tempo. Elas são encontradas em todas as classes sociais, desde pequenas propriedades rurais como em Gussage All Saints (Paróquia Eclesiástica de Gussage), até grandes aglomerados de assentamentos em Bagendon, ou em santuários em Hayling Island, uma ilha ao largo da costa sul da Inglaterra (GOSDEN, 2005).

As fíbulas, também como as moedas, tem uma série de linhagens. Rastreando os desenvolvimentos de suas mudanças estilísticas, Gosden (2005) conclui que isso está em sintonia com princípio da menor diferença proposto por Gell (1998). Esse princípio propõe que novas formas são criadas por passos, envolvendo pequenas modificações possíveis em exemplares anteriores, mas consistente com o estabelecimento da diferença entre eles.

Objetos, como as moedas, que frequentemente tem gravados a cabeça e o nome de um governante, do final da Idade Ferro em diante, são vistos como itens políticos, que ajudaram a criar e definir a forma de governo da nação (polities). A característica regional dos broches teria um significado similar ao das moedas, embora com efeitos menos definidos, criando uma sociedade identificada pelo tipo de broche que usava no peito (GOSDEN, 2005).

A cerâmica tem uma complexa forma genealógica. As mercadorias Galo-Belgicas no século I BC foram derivadas da mistura de influências locais da Gália e do Mediterrâneo. Os pratos Gallo-Bélgicos, xícaras e copos foram rapidamente imitados nas fábricas britânicas. Ao mesmo tempo há influência dos garrafões e jarros de bronze no pote cerâmico local, esses tiveram mudanças na forma e começaram apresentar pedestais.

Assim, Gosden (2005) diz ver a predisposição dos oleiros Britânicos em adaptar e misturar formas e técnicas de muitas origens diferentes, um processo que continuou vigorosamente dentro do período Romano. Os diferentes materiais, formas e acabamento que se impuseram sobre as pessoas demonstram a verdadeira promiscuidade da cerâmica que funcionou como uma junção de influências provenientes de muitas partes do mundo.

A cerâmica Samiana trata-se de um tipo de vasilha com brilho vermelho e motivos decorados, produzida nas partes Sul e Central da Gália. Na Grã Bretanha essa cerâmica é encontrada em pequeno montante em lugares rurais, porém apresenta alta proporção de decoração. Isso mostra um conjunto complexo de relações com outros tipos de mercadorias inicialmente importadas. Essas se tornaram parte do repertório da cerâmica torneada feita na Grã Bretanha (GOSDEN, 2005).

O autor acredita que as propriedades sensoriais dos potes cerâmicos (particularmente a cor) ligaram os potes a outros elementos da paisagem e ambiente construído. Haveria também ligações entre a iconografia empregada na decoração da cerâmica Samiana e as moedas numa relação de emulação e contraste.

Gosden (2005) afirma que não tem razões para acreditar que as mercadorias que nós conhecemos como importadas foram vistas de modo similar pelos usuários contemporâneos. A cerâmica Samiana deve ter sido rapidamente assimilada como um elemento da vida local, movimentado por meio de rotas de intercâmbios que obscureceram suas definitivas origens.

O autor conclui que uma grande variedade de reações deve ter ocorrido para criar a enorme variabilidade que vemos arqueologicamente na cultura material e no ambiente construído.

O texto é calcado no conceito de agência da antropologia contemporânea, citando autores como Gell (1998) e Mitchell (1996), que tratam de temas como arte e antropologia, cultura visual e história da arte. A agência dos indivíduos implica em análise da ação em vários níveis e aparece bastante nos estudos das tendências teóricas atuais da arqueologia.

Acredita-se que as relações deste texto com as tendências teóricas atuais da Arqueologia são, principalmente, o interesse do autor em estudar a agência dos objetos, ou seja, como os objetos influenciam a vida das pessoas, e qual a percepção que essas tinham das mudanças na paisagem construída. Além disso, a sua preocupação não é mais interpretar só os significados dos objetos, mas entender seus efeitos e como esses emanam uma forma complicada de coisas, como a enorme variabilidade na cultura material.

De maneira subentendida, os assuntos estudados pelas teorias arqueológicas anteriores como, por exemplo, o conhecimento das origens dos artefatos, das rotas pelas quais as coisas foram negociadas, os lugares onde e como os artefatos foram feitos e utilizados. Enfim, o próprio autor reconhece que para interpretar os objetos foram fundamentais os trabalhos dos arqueólogos britânicos anteriores.

O autor, também faz observações sobre a dinâmica dos comportamentos vividos no passado, porém avalia de maneira diferente, ou seja, os objetos também influenciam o modo de vida das pessoas e não apenas o meio socioambiental.

A abordagem histórico-cultural na década de 1960 tinha como principal objetivo saber a que grupo étnico os diversos achados pertenciam, mas este texto mostrou que os objetos arqueológicos não são apenas pistas que indicam grupos étnicos e suas fronteiras. Pelo contrário, eles também apresentam diferentes significados contextuais extremamente complexos, como por exemplo, a cerâmica Samiana, um artefato amplamente difundido pela Europa, que foi rapidamente assimilada como elemento local, dificultando a identificação de sua verdadeira origem.

Assim, tentar identificar elementos originais de uma cultura com grande distribuição espacial e temporal ou bipartida como a Romano-

Britânica pode mascarar as lógicas em que os pedaços dessas culturas foram combinados.

6. Considerações finais

Atualmente a Arqueologia Pós-Processual vive um momento de crítica e autocrítica, questionando os pressupostos da Arqueologia Pública.

A Arqueologia, nas últimas décadas, tem se afastado das abordagens descritivas, classificatórias e positivistas que faz da reconstituição do passado de sociedades e da própria disciplina (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 1).

A principal questão está voltada para incorporação do público no debate científico arqueológico e nas interpretações que faz o arqueólogo do passado. O público é amplo, não são apenas as comunidades locais, indígenas e estudantes, mas também, a sociedade em geral (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 3).

Sendo assim, os arqueólogos necessitam manter-se capacitados a dizer que "suas interpretações não são feitas a partir da apresentação de dados, mas por meio de um trabalho exaustivo que se prolonga no tempo e ajuda a entender a dinâmica e não mais a estática da cultura material" (HODDER, 1992, p. 196, tradução nossa).

A ideia de que o objeto de estudo da Arqueologia já saiu das mãos do arqueólogo aponta para a necessidade da incorporação dos vários grupos da sociedade no processo interpretativo arqueológico, pois o conhecimento do passado e o patrimônio arqueológico podem ser tomados para legitimar o poder de grupos dominantes na sociedade.

Dessa forma, patrimônio arqueológico é o ponto inicial para a vida social, pois as evidências arqueológicas e o trabalho dos arqueólogos podem fornecer uma visão mais complexa do passado, permitindo ao público uma melhor compreensão dos contextos atuais e das contradições da sociedade (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 18).

Um das críticas atuais que Hodder (2003, p. 56) faz é a falta de reflexividade nos métodos arqueológicos. Para ele só existe reflexividade em arqueologia quando se reconhece e incorpora as "vozes" das sociedades locais dentro da pesquisa arqueológica.

Entre diversas maneiras possíveis de envolver os grupos locais no momento da pesquisa arqueológica está o treinamento de pessoas indígenas de acordo com os métodos acadêmicos, de modo que haja uma interação entre as comunidades tradicionais e o arqueólogo (HODDER, 2003, p. 60).

Assim, Hodder (2003) afirma que:

“Os processos pós-coloniais, as interações globais e a destruição de sítios arqueológicos e monumentos no mundo, criaram uma consciência de opiniões divergentes de como o passado deve ser administrado. O principal impulso para os interesses reflexivos tem sido o crescente uso do passado na formação de identidade étnica e nas reivindicações do direito a terra” (HODDER, 2003, p. 56).

Para Jones (1997, p. 10), a relação entre arqueologia e a criação de identidades contemporâneas, sejam elas indígenas, étnicas ou nacionais, ilustra a natureza política e social incerta do conhecimento arqueológico.

O uso dos dados arqueológicos para fins políticos vem de longas datas, a exemplo dos trabalhos de Kossina no século XX que serviram os propósitos Germânicos Nazistas. Para Jones (1997, p. 11), entre as atitudes responsáveis pelo uso da arqueologia na legitimação de poder, estão as abordagens extremamente empíricas e objetivas na Arqueologia que permitiram que “outros” manipulassem os dados arqueológicos para seus próprios interesses políticos.

“Recentemente estudos têm concentrado na maneira que o conhecimento arqueológico é usado na construção de identidades no presente. Assim, há uma preocupação em debater a questão da formulação de um novo quadro teórico de interpretação da etnicidade no passado. Importantes mudanças no entendimento da diferenciação sociocultural têm sido alcançadas. [...] Porém, ainda essas questões têm sido amplamente ignoradas pelos arqueólogos, muitos dos quais continuam a equiparar as “culturas arqueológicas”, definidas com base em associações repetidas de cultura

material distinta, com o passado de grupos étnicos” (JONES, 1997, p. 13, tradução nossa).

Ou seja, Jones (1997) faz um alerta para o problema em relacionar, de forma direta, “cultura arqueológica” com grupos étnicos conhecidos no presente. Para ela é necessário explorar a maneira pelas quais as questões e os conceitos utilizados em arqueologia, tem sido, e continuam sendo, influenciados pelo discurso da identidade no presente (JONES, 1997, p. 13). Por isso a necessidade de trabalhos em arqueologia que denotam ponderação e serenidade, ao invés de análises mais objetivas, dada a diversidade de interesses envolvidos no conhecimento sobre o passado.

Assim, os arqueólogos também precisam estar abertos ao diálogo e aos conflitos gerados pelos interesses diversos na sociedade como um todo, para entender as implicações sociais que seu conhecimento do passado construiu (HODDER, 1992, p. 197).

Dessa maneira, é na análise dialética entre o passado e o presente que se faz uma arqueologia interpretativa, mas com a atenção voltada para avaliar o grau de hiper-relativização das discussões sobre teoria, método e interpretações da pesquisa arqueológica.

No final do século XX Renfrew (1994) diz que seu objetivo na “arqueologia cognitiva-processual” é focar claramente a cerca da habilidade humana em construir e usar símbolos. Autores como Gosden (2005, p. 210) diz que o atual estágio das pesquisas arqueológicas na Inglaterra lhe permite não se preocupar em interpretar só os significados dos objetos, mas entender, por meio de uma abordagem fenomenológica – hermenêutica, seus efeitos e como esses espalham uma forma complicada de coisas.

A Arqueologia Cognitiva ainda está por se definir, é uma área que vem sendo explorada, principalmente, a partir da década de 1990, pelos arqueólogos que acreditam que a cultura material não é o reflexo apenas dos padrões sociais de comportamento, mas também da cognição humana.

Hodder e Bender (1993) vão dizer que é necessário entender como os ideólogos da Arqueologia Cognitiva a definem e o que essa abordagem significa para os mesmos. Além disso, alertam sobre os problemas quando se separa a abordagem cognitiva da sociedade, de seus significados sociais, ou seja, antes de aplicar esse tipo de abordagem o arqueólogo deve explicitar e avaliar tanto o seu próprio contexto e concepções atuais da

realidade, como o contexto da cultura material da sociedade que ele está pesquisando.

Assim, Hodder e seus discípulos, no início da década de 1990, defendem uma abordagem mais humanista para Arqueologia Cognitiva. Eles acreditam que a cognição do passado deve ser entendida somente por técnicas interpretativas, ou seja, somente pela hermenêutica. (ZUBROW 1994, p. 108).

Zubrow (1994, p. 109), diz que a questão fundamental para os arqueólogos não é saber como esses interpretam o comportamento humano pretérito, nem como testam cientificamente suas hipóteses. Ao contrário disso, a questão é saber como os humanos fazem para representar seu conhecimento e o que eles fazem com essa representação.

Outro interesse é se a humanidade usa os mesmos processos cognitivos ou similares, independentemente da cultura, isto é, entender como o conhecimento é representado pelos humanos.

Os artefatos para Zubrow (1994) não são somente remanescentes das culturas pré-históricas, mas também são objetos materiais que carregam a informação a cerca de como eles foram produzidos e categorizados pelos nativos.

Acreditamos, também, que seja por meio da cognição e da relação com o mundo ao seu redor, bem como pelo convívio com outros indivíduos da sociedade que os humanos transformam uma ideia em substância. Haja vista que a visão de mundo do indivíduo é construída de acordo com a cultura da sociedade que ele pertence e essa visão é materializada quando o artífice produz seus objetos. Assim, conforme Renfrew (1994), entender a forma como o homem representa os aspectos dessa visão de mundo na cultura material pode nos permitir fazer inferências válidas sobre as capacidades cognitivas humanas.

Portanto, é por toda essa história de construção, desenvolvimento e transmissão do conhecimento, que tem suas raízes no antiquariado e foram sendo contestadas e aprimoradas nas diferentes tendências teóricas da Arqueologia, que os arqueólogos são os mais qualificados para estudar e testar diretamente suas hipóteses.

7. Referências bibliográficas

Bender, Barbara. Cognitive Archaeology and Cultural Materialism. **Cambridge Archaeological Journal**, vol. 3, 1993, p. 258-259.

CLARK, Grahame. **Archaeology and society**. London: Methuen, 1939. p. 169-218.

CLARKE, David. **Archaeology: the loss of innocence**. Antiquity. Cambridge: Oxford University Press, 1973. p. 6-18.

FEINMAN, Gary; PRICE, Douglas. The archaeology of the future. In: Feinman, Gary; Price, Douglas. (eds). **Archaeology at the millennium**. New York: Kluwer Academic/plenum Publishers, 2001. p. 475-496.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GONZALEZ, Erika M. Robrahn. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. História, São Paulo, 27 (2): 2008.

GOSDEN, Cris. What do objects want? **Journal of Archaeological Method and Theory**, 2005. p. 193-211.

GRAYSON, Donald. **The establishment of human antiquity**. New York: Academic Press, 1983. p. 168-198.

HODDER, Ian. Arqueologia como arqueologia. In: Hodder, Ian; Hudson, Scott (eds.). **Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.236-243.

_____. Social Cognition. **Cambridge Archaeological Journal**, vol. 3, 1993, p. 253-257

_____. Crisis in Global Archaeology. In: Hodder, Ian. **The archaeological process. An introduction**. Oxford: Blackwell publishers, 1999. p.1-19.

_____. Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In: Pearson, Michael Parker; Richards, Colin (eds.) **Architecture and order. Approaches to Social Space**. Nova York: Routledge, 1994. p.73-86.

_____. **1.El problema em Reading the Past.** Current Approaches to Interpretation in archaeology. Barcelona: Crítica, 1994. p.15-32.

_____. Post-processual archaeology. In: In: Hodder, Ian; Hudson, Scott (eds.). **Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in archaeology.** Cambridge: Cambridge University press, 2003. p.206-235.

_____. **Theory and practice in Archaeology.** London: Routledge, 1992. p183-199.

HOSLER, Dorothy. Sound, color and meaning in the metallurgy of ancient west Mexico. In: Whitley, David S. (ed.). **Reader in Archaeological Theory. Post-Processual and Cognitive Approaches.** London: Routledge, 1998. p.103-118.

JONES, Siân. **The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the past and present.** Routledge: London and New York, 2003. p. 1-6; 106-127.

MONGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: Edusc, 2004. p.85-118.

RENFREW, Colin and Zubrow W. B. Ezra. **The Ancient Mind.** New York: Cambridge University Press, 1994 p. 191

RENFREW, Colin and Bahn, Paul. **Archaeology: Theories, methods and practice.** New York: Thames and Hudson, 1991. p. 219-243

RENFREW, Colin and Scarre, Chris. **Cognition and Material Culture: The Archaeology of Symbolic Storage.** Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 1998. p. 1-7.

_____. "Towards a Framework for the Archaeology of Cult Practice," In: Renfrew, Colin. **The Archaeology of Cult: The Sanctuary at Phylakopi.** Athens: British School of Archaeology, 1985. p.1-26.

_____ et all. What is Cognitive Archaeology?. Viewpoint, **Cambridge Archaeological Journal.** New York,1993. p.247-270.

SEGAL, Erwin M. Archaeology and cognitive science in: RENFREW, Colin and Zubrow W. B. Ezra. **The Ancient Mind**. New York: Cambridge University Press, 1994 p. 22-28.

SILVA, Fabíola Andréa. **Ceramic Technology of the Assurini do Xingu, Brazil: An Ethnoarchaeological Study of Artifact Variability**. Springer Journal Archaeological Theory. Published online: 14 August, 2008. p. 217-265.

van der LEEUW, S. E. Cognitive aspects of 'technique' in: RENFREW, Colin and Zubrow W. B. Ezra. **The Ancient Mind**. New York: Cambridge University Press, 1994 p. 135-142.

ZUBROW, Ezra. Knowledge representation and archaeology: a cognitive example using GIS. In: Renfrew, Colin; Zubrow, Ezra. (eds.). **The ancient mind. Elements of cognitive archaeology**. Cambridge, 1994. p.107-118.